

14º SIMULADO

TJ RJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA  
PÓS-EDITAL



**Estratégia**  
Concursos

# Simulado Especial

## 14º Simulado TJ-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-13-06-20>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E  
51 – A B C D E  
52 – A B C D E  
53 – A B C D E  
54 – A B C D E  
55 – A B C D E  
56 – A B C D E  
57 – A B C D E  
58 – A B C D E  
59 – A B C D E  
60 – A B C D E

**PORTUGUÊS**

Adriana Figueiredo

## TEXTO

O medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer. A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens.

No espaço aberto da cidade, no refúgio da biblioteca, na magnitude do livro e na humildade dos objetos mais simples, a escrita teve como missão conjurar contra a fatalidade da perda. Em um mundo no qual as escritas podiam ser apagadas, os manuscritos podiam ser perdidos e os livros estavam sempre ameaçados de destruição, a tarefa não era fácil. Paradoxalmente, seu sucesso poderia criar, talvez, outro perigo: o de uma incontrolável proliferação textual de um discurso sem ordem nem limites.

O excesso de escrita, que multiplica os textos inúteis e abafa o pensamento sob o acúmulo de discursos, foi considerado um perigo tão grande quanto seu contrário. Embora fosse temido, o apagamento era necessário, assim como o esquecimento também o é para a memória. Nem todos os escritos foram destinados a se tornar arquivos cuja proteção os defenderia da imprevisibilidade da história. Alguns foram traçados sobre suportes que permitiam escrever, apagar e depois escrever de novo.

(Roger Chartier)

**01.** Infere-se do texto que a escrita é uma

- a) Tecnologia dúbia, pois é capaz de, ao mesmo tempo, preservar informações úteis e contribuir para a disseminação de textos inúteis.
- b) atividade que modifica escritos em arquivos, de modo a garantir a integridade das informações frente às inconstâncias da história.
- c) invenção da primeira fase da modernidade, voltada registrar as memórias sociais e culturais.
- d) forma de evitar o desaparecimento de informações importantes que não deveriam ser esquecidas ou perdidas.

e) manifestação passageira, que podia ser registrada, depois apagada e, mais tarde, recuperada pela reescrita.

**02.** “Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer. A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens”

A partir desse trecho do texto, pode-se concluir que:

- a) Os fatos apresentados são objetivos, não havendo defesa de uma opinião.
- b) O autor emprega termos que caracterizam a defesa de um ponto de vista.
- c) O texto conta a história da escrita, enaltecendo sua importância para a memória.
- d) O autor pretende fazer uma descrição de como eram os escritos antigamente.
- e) O texto se propõe a ensinar como a escrita era registrada na modernidade.

**03.** “A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens”.

O emprego de acento na palavra “memória” pode ser justificado por duas regras de acentuação distintas, como acontece em:

- a) órfãos
- b) série
- c) raízes
- d) científicas
- e) míope

**04.** No período “quanto mais o povo sabe, mais quer saber” expressa-se uma relação de

- a) comparação.
- b) oposição.
- c) conformidade.
- d) proporcionalidade.
- e) alternância.

05. “O assunto números irracionais é considerado importante na escolaridade básica de Matemática e apresenta-se para os alunos, nos livros didáticos, como um obstáculo a sua plena compreensão. Um dos aspectos que pode justificar tal situação é a complexidade com que esse assunto se manifesta. No entanto, o número irracional pode ser trabalhado em um processo histórico-epistemológico, fazendo-se um estudo de como se tem processado a transformação de objeto científico a objeto de ensino em uma organização praxeológica”.

A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas se a expressão “No entanto” fosse substituída por

- a) Portanto
- b) Segundo.
- c) entretanto.
- d) Logo.
- e) Ainda que.

06. A ciência nos esclarece sobre a origem da natureza, das espécies, do Universo. Alerta sobre os perigos introduzidos por tecnologias que alteram o curso do mundo, especialmente o meio ambiente de que nossas vidas dependem.

O termo “de que” poderia ser substituído, sem alteração da correção gramatical e dos sentidos do texto, por

- a) em qual.
- b) pelo qual.
- c) cujos.
- d) em quais.
- e) do qual.

07. No trecho “em uma época anterior à dos cristãos, o emprego do sinal indicativo de crase decorre da

- a) regra de emprego de crase antes de locuções masculinas no plural.
- b) presença de locução adverbial com nome feminino.
- c) elipse do nome “época” depois de “à”.
- d) regência do nome “época”

e) regência do adjetivo “anterior” e presença do artigo feminino antes do termo elíptico “época”.

08. Seriam mantidos os sentidos e a correção gramatical em um dos períodos a seguir caso se substituísse o trecho

- a) “Temendo-se a naturalização da morte, denuncia-se a omissão do governo”. por **Se temendo**.
- b) “Finge-se confundir a ordem política e a ordem natural” por **finge confundir-se**.
- c) “Confunde-se a ordem política e a ordem natural, e decreta-se imoral tudo que conteste as leis fundantes da sociedade” por **se decreta**.
- d) “As leis sociais que se quer defender” por **que quer defender-se**.
- e) “Ao contrário do que se poderia pensar” por **poderia-se pensar**.

09. Seriam mantidas a correção gramatical e o sentido original do trecho caso, no trecho “Como lembra Mario Sérgio Cortella, a cidadania se define pelos princípios da democracia, significando obrigatoriamente conquista e consolidação social e política”:

- a) a palavra “obrigatoriamente” fosse isolada por vírgulas.
- b) retirada a vírgula empregada logo após “Cortella”.
- c) fosse inserida uma vírgula logo após “significando”.
- d) a vírgula empregada logo após “democracia” fosse substituída por ponto e vírgula.
- e) o trecho “pelos princípios da democracia” fosse isolado por vírgulas.

10. “Brasil não será um epicentro, e sim um exemplo”, afirma o Ministro da Saúde,

Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original da oração, a forma verbal “afirma” poderia ser substituída por

- a) preceitua.
- b) intenta.
- c) destaca.
- d) participa.
- e) assevera.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**

Paulo Guimarães

11. Quanto aos magistrados, a LODERJ dispõe que:

- a) A carreira da magistratura, em primeira instância, é composta por Juízes Substitutos e Juízes de Entrância Especial.
- b) Os Juízes Substitutos terão exercício pleno nas Regiões Judiciárias, inclusive na Comarca da Capital, na qual poderão exercer funções de auxílio.
- c) Os Juízes Substitutos serão titulares nas Varas e Juizados das Comarcas de mesma denominação e dos cargos de Juízes Regionais.
- d) O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, a qualquer tempo, em face de imperiosa necessidade do serviço, Juízes de Direito Titulares de Entrância Especial, integrantes da primeira quinta parte da antiguidade, para compor as Seções Especializadas.
- e) Os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto serão providos por ato do Presidente do Tribunal de Justiça ou do Governador do Estado, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado.

12. De acordo com a LODERJ, compõem a Administração Superior do Tribunal de Justiça:

- a) o Presidente do Tribunal de Justiça, os três Vice-Presidentes, eleitos em votação secreta pelos membros do Tribunal de Justiça na forma do Regimento Interno.
- b) o Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor-Geral da Justiça.
- c) o Presidente do Tribunal de Justiça, os três Vice-Presidentes, eleitos em votação aberta pelos membros do Tribunal de Justiça na forma do Regimento Interno.
- d) o Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça e os três Vice-Presidentes, eleitos em votação secreta pelos membros do Tribunal de Justiça na forma do Regimento Interno.
- e) o Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça e os três Vice-Presidentes, indicados pelo Presidente do Tribunal.

13. Sobre a remuneração, segundo a Lei n.º 4.620/2005, é incorreto afirmar que:

- a) Às carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro corresponderão as classes estabelecidas na tabela do Anexo I, designadas como A, B e C, divididas em padrões, sendo A a inicial e C a final.
- b) O adicional por tempo de serviço é limitado a 60% do vencimento e das demais parcelas remuneratórias mencionadas neste artigo, sendo computado, para fins de sua concessão, o período exercido pelo servidor em cargo e emprego público da Administração Direta e Indireta federal, estaduais e municipais.
- c) Sobre o vencimento e as demais parcelas remuneratórias mencionadas neste artigo, incidirá o adicional por tempo de serviço, a que fará jus o servidor a cada três anos de efetivo exercício no serviço público, correspondente a cinco por cento, à exceção do primeiro triênio, que corresponde a quinze por cento de acréscimo.
- d) Ao serventuário a que se refere o artigo 5º desta Lei, que desempenhar função de Chefe de Serventia de Primeira Instância será atribuída gratificação CAI-6, a que fará jus enquanto permanecer no efetivo desempenho da função, ressalvadas as situações constituídas sob a égide da Lei nº 2400 de 17 de maio de 1995.
- e) O Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados, enquanto permanecer no exercício de suas funções específicas, receberá gratificação de locomoção correspondente a 30% sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)****Herbert Almeida**

14. De acordo com as disposições do Decreto nº 2.479/1979 - Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) os cargos públicos são providos somente por nomeação ou aproveitamento.
- b) é vedado o provimento de servidor estadual em outro cargo efetivo, bem como sua admissão como contratado.
- c) os servidores são providos independentemente da indicação da existência da vaga no ato de provimento.
- d) como requisito essencial para a nomeação em cargo de provimento efetivo, o servidor deve ter sido previamente aprovado em concurso público de prova ou de títulos.
- e) se a posse ou o exercício não se verificar nos prazos estabelecidos, o ato de provimento será tornado sem efeito.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)****Tiago Zanolla**

15. À luz do regimento interno do TJ-RJ, uma vez elaborada a lista tríplice para compor o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, a nomeação será efetuada pelo

- a) Presidente do Tribunal
- b) Governador do Estado
- c) Presidente da República
- d) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral
- e) Presidente do TSE

16. Jonas foi nomeado para o Tribunal de Justiça pelo Governado do Estado. Nesse caso, o cargo ocupado por Jonas é denominado

- a) Desembargador
- b) Desembargador Estadual
- c) Desembargador de Justiça
- d) Desembargador Especial
- e) Desembargador do Tribunal

17. Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, indicar ao Governador do Estado proposta de emenda à Constituição Estadual sobre matéria pertinente ao Poder Judiciário é competência do

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Presidente do Tribunal
- d) Conselho da Magistratura
- e) Deputados Estaduais

18. Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, a instauração de processo disciplinar contra magistrados de primeiro grau cabe ao

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Presidente do Tribunal
- d) Conselho da Magistratura
- e) Deputados Estaduais

**DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA****Ricardo Torques**

19. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Com base nessa afirmação, é correto afirmar:

- a) A pessoa com deficiência tem direito a adaptações e recursos de tecnologia assistiva independentemente de requerimento.
- b) Para garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, sendo dispensada a capacitação em outros órgãos.
- c) A lei deverá especificar direitos e garantias específicos aos apenados com deficiência.
- d) A Defensoria Pública e o Ministério Público tomarão as medidas necessárias à garantia dos direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- e) Compete exclusivamente ao Ministério Público tomar as medidas necessárias para garantir a observância dos direitos positivados no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

Paulo Guimarães

20. Quanto à ética, pode-se entender que

- a) está unicamente relacionada à intimidade das pessoas.
- b) pode ser considerada como a ciência normativa dos comportamentos humanos.
- c) as normas éticas não devem expressar, necessariamente, um juízo de valor.
- d) as normas éticas implicam unicamente no estudo do “ser”.
- e) não se pode relacionar ética com o valor.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Fabiano Pereira

21. No que se refere aos princípios da Administração pública e à organização administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A criação de empresa pública e de sociedade de economia mista depende de autorização legislativa, porém, o mesmo não ocorre em relação às suas subsidiárias.
- b) São integrantes da administração indireta, entre outros, as autarquias, as fundações e os serviços sociais autônomos.
- c) Embora sejam entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, as empresas públicas, como regra geral, estão obrigadas a licitar antes de celebrar contratos destinados à prestação de serviços por terceiros.
- d) A descentralização pressupõe a existência de, pelo menos, dois órgãos ou pessoas jurídicas entre os quais se repartem as competências.
- e) Desconcentração administrativa consiste na distribuição do exercício das funções administrativas entre pessoas jurídicas autônomas.

22. No que se refere aos atos editados pela Administração Pública, aponte a alternativa correta:

- a) Todos os fatos alegados pela Administração Pública são considerados verdadeiros, bem como todos os atos administrativos são considerados emitidos conforme a lei, em decorrência das

presunções de veracidade e de legitimidade, respectivamente.

- b) A administração pode anular os próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial, bem como pode revogá-los quando eles estiverem eivados de vícios que os tornem ilegais.
  - c) A exoneração dos ocupantes de cargos em comissão deve ser motivada, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.
  - d) A homologação de um processo licitatório, seguida da adjudicação do objeto licitado ao futuro contratado, não é classificada como um ato administrativo, por ter caráter obrigatório e cogente.
  - e) Em geral, a revogação do ato administrativo produz efeitos ex tunc, mas, em determinadas situações, pode ela ter efeitos ex nunc.
23. Analise os itens seguintes e assinale a afirmativa correta.
- a) O servidor público estável, aprovado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo, só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
  - b) Os cargos públicos devem ser plenamente acessíveis a brasileiros e a estrangeiros, podendo o edital do concurso estabelecer, justificadamente, requisitos apropriados às funções a serem desempenhadas.
  - c) O prazo de validade de concurso público é de até dois anos, podendo ele ser prorrogado enquanto houver candidatos aprovados no cadastro de reserva.
  - d) Consideram-se agentes honoríficos os particulares em colaboração com o poder público, os quais, nessa colaboração, caracterizam-se como agentes públicos.
  - e) Emprego público é aquele exercido por vínculo estatutário na administração pública por empregados temporários ou interinos.

24. Acerca dos poderes administrativos, aponte a alternativa correta:

- a) O fato de a Administração Pública, internamente, aplicar sanção a um servidor público que tenha praticado infração funcional caracteriza o exercício do poder de polícia administrativo.
- b) Em decorrência do poder hierárquico, é lícita a avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- c) A atividade discricionária atribuída ao administrador público pode ser limitada pela legislação e pelos princípios do Direito.
- d) O cumprimento de mandados judiciais por policiais civis pode ser classificado como ato decorrente do exercício do poder de polícia administrativa.
- e) O poder hierárquico é aquele que confere à administração pública a capacidade de aplicar penalidades.

25. Acerca do controle das atividades exercidas pela Administração Pública, pode-se afirmar corretamente que

- a) o controle judicial da administração pública pode ser realizado por provocação ou de ofício, podendo ser exercido por meio de mandado de segurança ou ação civil pública.
- b) o controle interno poderá ser realizado previamente, concomitante e subsequentemente aos atos administrativos, a fim de evitar o desperdício dos recursos e o uso indevido de recursos e bens públicos.
- c) constatada a existência de uma irregularidade na atividade administrativa, surgirá a faculdade de o órgão de controle propor as providências a serem adotadas.
- d) No exercício do controle financeiro sobre a Administração Pública, o Poder Legislativo pode, por meio da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, convocar ministro de Estado para, pessoalmente ou por meio de representante designado, prestar informações a respeito de determinado assunto.
- e) O controle administrativo exercido com base na hierarquia denomina-se supervisão ministerial.

26. No que se refere às licitações públicas e suas consequências administrativas, aponte a alternativa correta.

- a) As modalidades de licitação incluem a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso, o leilão e a seleção por melhor técnica e preço.
- b) Admite-se a participação de bolsas de mercadorias para o apoio técnico e operacional ao pregão, desde que sejam constituídas na forma de cooperativas.
- c) Se a Administração Pública pretende vender bens móveis inservíveis, deverá fazê-lo mediante leilão, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação dos bens em questão.
- d) Para a promoção de atividades de natureza artística, técnica ou científica, a modalidade licitatória apropriada é o convite.
- e) As fundações públicas de direito privado não são sujeitas aos procedimentos licitatórios comuns aos demais entes da administração indireta.

27. No que se refere à modalidade licitatória denominada pregão, é INCORRETO afirmar:

- a) As compras e as contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, poderão ser implementadas com base na modalidade de licitação denominada pregão.
- b) Diferentemente dos demais procedimentos licitatórios, o pregão possui como característica essencial a inversão das fases do processo, priorizando-se, inicialmente, a seleção da proposta vencedora e não a análise e conferência da documentação apresentada por todos os participantes na fase de habilitação.
- c) A modalidade de licitação denominada pregão é sempre do tipo menor preço, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação.
- d) O pregão é uma modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns pelos entes públicos, sem qualquer restrição em relação ao valor estimado da contratação.
- e) Na Administração Pública pode ser adotada a modalidade pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, assim como bens e serviços especiais ou diferenciados.



28. Levando-se em consideração a jurisprudência mais recente sobre a Responsabilidade Civil do Estado, aponte a alternativa correta:

- a) A prescrição quinquenal da pretensão de reparação de danos contra as entidades da Administração Pública não se estende a pessoas jurídicas de direito privado que dela fazem parte e nem de concessionários de serviço público, por exemplo.
- b) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
- c) Não há responsabilização civil do Estado em virtude de quaisquer atos judiciais que eventualmente causem danos a terceiros.
- d) Para se configurar a responsabilidade civil objetiva do prestador de serviço público, são suficientes os três seguintes pressupostos: o fato administrativo, o dano específico e o nexo causal entre um e outro.
- e) De acordo com a teoria do risco administrativo, é vedado considerar a culpa exclusiva da vítima como hipótese de exclusão da responsabilidade civil do Estado.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. Constituem objetivos fundamentais expressos da República Federativa do Brasil, exceto:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) garantir o desenvolvimento nacional.
- c) buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- d) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- e) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

30. Considere:

- I. Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- II. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há mais de dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- III. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que houver norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- IV. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I e IV.
- e) I, III e IV.

**31.** De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, são direitos sociais, exceto:

- a) a alimentação.
- b) a assistência aos desamparados.
- c) a previdência social.
- d) o transporte.
- e) a proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

**32.** Jesualdo, filho de pai paquistanês e mãe brasileira, nasceu na República do Congo. Assim, Jesualdo será:

- I. considerado brasileiro nato caso sua mãe esteja na República do Congo a serviço da República Federativa do Brasil.
- II. considerado brasileiro nato caso seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- III. considerado brasileiro nato caso seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, até completados dezoito anos, pela nacionalidade brasileira.
- IV. considerado brasileiro nato caso sua mãe esteja na República do Congo a serviço da República do Chile.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

**33.** Nos termos da Constituição Federal brasileira, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, sendo o alistamento eleitoral e o voto:

- a) facultativo para os idosos a partir de setenta e cinco anos.
- b) obrigatório para os maiores de dezesseis anos.

c) obrigatório para os analfabetos.

d) facultativo para os maiores de setenta anos.

e) facultativo para os maiores de sessenta e cinco anos.

**34.** Os Estados organizam-se e regem-se pelas suas respectivas constituições e lei que adotarem, observados os princípios previstos na Constituição Federal de 1988. Assim, marque a alternativa incorreta:

a) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

b) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

c) Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

d) A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no segundo domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno.

e) Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público.

**35.** No tocante às previsões da Constituição Brasileira de 1988 em relação ao Poder Judiciário assinale a alternativa correta:

a) o juiz titular poderá residir fora da respectiva comarca, salvo proibição do tribunal.

b) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

- c) as decisões administrativas dos tribunais não serão motivadas e tomadas em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- d) os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- e) a atividade jurisdicional será ininterrupta, salvo no caso de férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente;

**36.** Considere as seguintes afirmativas:

- I. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos.
- II. Não será admitida a recondução dos membros do Conselho Nacional de Justiça.
- III. O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- IV. Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.

Em relação ao Conselho Nacional de Justiça, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) II e IV.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Ricardo Torques**

- 37.** Sobre as normas que regulam a modificação da competência, pode-se afirmar que:
- a) A competência relativa só poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
  - b) Se o imóvel se achar situado em mais de uma comarca, a competência territorial do juízo preventivo estender-se-á sobre a totalidade do imóvel.
  - c) Dá-se a conexão entre suas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma é mais amplo e abrange o pedido das demais.
  - d) A continência ocorre quando duas ou mais ações apresentam o pedido ou a causa de pedir em comum.
  - e) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo preventivo, onde serão decididas de acordo com a ordem cronológica de propositura da ação.
- 38.** Quanto aos deveres das partes e de seus procuradores, assinale a alternativa correta:
- a) Caso a parte não cumpra com exatidão as decisões jurisdicionais ou crie embaraços à sua efetivação, o juiz a advertirá e tal conduta poderá ser punida como ato atentatório à dignidade da justiça.
  - b) O Código de Processo Civil, no artigo 77, estabelece um rol exaustivo de deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo.
  - c) O juiz permitirá, conforme o estado de ânimo das partes e de seus procuradores, que sejam empregadas expressões ofensivas nos escritos apresentados.
  - d) Eventualmente, o representante judicial da parte poderá ser compelido a cumprir a decisão em seu lugar.
  - e) Constitui ato atentatório à dignidade da justiça a exposição dos fatos em juízo em desconformidade com a verdade.

**39.** Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a comunicação dos atos processuais, é correto:

- a) Com a pandemia do Covid-19, os tribunais têm permitido, excepcionalmente, que os atos processuais sejam praticados por videoconferência, embora não haja previsão legal para tanto.
- b) O tribunal poderá expedir carta de ordem sempre que julgar mais conveniente para a instrução dos processos de sua competência.
- c) A carta arbitral não poderá ter por objeto atos que importem efetivação de tutela provisória.
- d) Se o ato relativo a processo em curso na justiça federal ou em tribunal superior houver de ser praticado em local onde não haja vara federal, a carta será devolvida sem cumprimento.
- e) A carta precatória será expedida para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa.

**40.** A citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Sobre importante ato processual, assinale a alternativa correta:

- a) O comparecimento espontâneo do réu não é capaz de suprir a nulidade da citação.
- b) A citação é ato personalíssimo e não poderá ser feita na pessoa do representante legal do réu.
- c) A citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu.
- d) Em hipótese alguma será feita a citação de noivos nos três primeiros dias seguintes ao casamento.
- e) A citação será feita por edital quando frustrada a citação por correios.

**41.** Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta quanto à revelia e as providências preliminares:

- a) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato e de direito formuladas pelo autor.

b) A revelia não produz o efeito da presunção de veracidade caso o litígio verse sobre direitos indisponíveis ou a petição inicial não apresente instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

c) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data da prática do ato.

d) O réu revel poderá produzir provas a qualquer momento em que intervenha no processo, como corolário da ampla defesa e contraditório.

e) Após a apresentação da contestação, o juiz deverá ouvir o autor no prazo de 15 dias e permitirá que produza provas.

**42.** No dia e na hora designados, o juiz declarará aberta a audiência de instrução e julgamento e mandará apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre o tema:

a) A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, a critério do juiz, independentemente da anuência das partes.

b) Diante da impossibilidade de realização da instrução, do debate e do julgamento no mesmo dia, o juiz determinará o seu prosseguimento no dia útil seguinte.

c) Encerado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá a sentença em 15 (quinze) dias.

d) A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio por qualquer das partes, desde que haja anuência da parte contrária e do juiz.

e) A audiência será pública, ressalvadas as exceções legais.

**43.** A apelação é o recurso cabível contra a sentença e:

a) não admite decisão monocrática pelo relator.

b) sempre apresentará efeito devolutivo e suspensivo.

c) devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

- d) não permite que o mérito seja imediatamente julgado.
- e) observa-se preclusão das questões de fato não propostas no juízo inferior.

**44.** Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre o recurso extraordinário e o recurso especial:

- a) O recurso extraordinário e o recurso especial serão interpostos, respectivamente, perante o presidente ou vice-presidente do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- b) O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.
- c) Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos primeiramente ao Supremo Tribunal Federal.
- d) Se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, declarará sua competência para julgar o mérito.
- e) O Supremo Tribunal Federal não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral; à parte recorrente caberá interpor agravo interno contra essa decisão.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

**45.** José estava sendo investigado em inquérito policial pela prática do crime de furto qualificado pelo arrombamento (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa). No curso das investigações, a autoridade policial concluiu estar extinta a punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva. Nesse caso:

- a) caberá à própria autoridade policial determinar o arquivamento dos autos do inquérito policial, sem possibilidade de retomada futura das investigações

- b) caberá à própria autoridade policial determinar o arquivamento dos autos do inquérito policial, sendo possível a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova
- c) caberá ao próprio MP determinar o arquivamento dos autos do inquérito policial, sendo possível a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova
- d) caberá ao MP promover pelo arquivamento dos autos do inquérito policial, e caso haja homologação do arquivamento pelo Juízo, não será possível a retomada futura das investigações
- e) caberá ao MP promover pelo arquivamento dos autos do inquérito policial, cabendo a homologação do arquivamento ao Judiciário, sendo possível a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova

**46.** José praticou um crime de estupro contra Maria, no dia 10.09.2019, no município de Duque de Caxias-RJ. Maria só tomou conhecimento da autoria delitiva em 20.04.2020, pois somente nessa data descobriu ter sido José o autor do fato criminoso. Após tomar conhecimento disso, Maria se dirigiu imediatamente à autoridade policial, narrou o ocorrido e requereu a instauração de inquérito policial.

Atento ao caso narrado, e considerando que o estupro é crime de ação penal pública incondicionada, é correto afirmar que:

- a) a instauração de inquérito policial é possível
- b) a instauração do inquérito policial é possível apenas se houver requisição do MP
- c) a instauração de inquérito policial não é possível, ante a decadência
- d) a instauração de inquérito policial não é possível, ante a prescrição
- e) a instauração de inquérito policial não é possível, ante a preempção

47. No dia 10.08.2019, no distrito de Itaipava, município de Petrópolis-RJ, José praticou um crime de extorsão (reclusão, de quatro a dez anos, e multa) contra Maria. Maria, porém, só descobriu a autoria delitiva em 23.09.2019. Concluído o inquérito policial em 27.04.2020, foram os autos remetidos ao Ministério Público, para manifestação, mas o MP não ofereceu denúncia, nem adotou qualquer outra providência no prazo legal.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Maria poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública
- b) Maria não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, por ausência de previsão legal
- c) Maria não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, pois a previsão legal contida no CPP não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988
- d) Maria não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, em razão da decadência, já que passaram mais de 06 meses desde o dia em que tomou ciência da autoria delitiva
- e) Maria não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, em razão da decadência, já que passaram mais de 06 meses desde a data do fato criminoso

48. Acerca das disposições referentes à suspeição e ao impedimento do Juiz, analise os itens a seguir:

- I – José, Juiz de Direito que atua em determinado processo criminal, é amigo íntimo do réu Pedro.
- II – Pedro, Juiz de Direito que atua em determinado processo criminal, é credor de Maria, vítima no referido processo criminal
- III – Elias, Desembargador do TJRJ, atua no julgamento de um recurso de apelação interposto em determinado processo criminal no qual Elias já havia atuado anteriormente e proferido sentença como Juiz de primeira instância

IV – Lucas, Juiz de Direito, atua em determinado processo criminal por crime ambiental no qual a empresa XYZ, da qual é sócio, é diretamente interessada.

Nesse caso, é correto o que haverá impedimento APENAS nos casos citados em:

- a) I e III
- b) I, III e IV
- c) II e IV
- d) III
- e) I e IV

49. Conforme previsão expressa do CPP, a denúncia ou queixa será rejeitada quando:

- a) houver manifesta causa de exclusão da culpabilidade
- b) faltar justa causa para o exercício da ação penal
- c) houver indícios de inimputabilidade mental do acusado
- d) a denúncia não for inepta
- e) o Juiz verificar, após a resposta à acusação, que o fato narrado evidentemente não constitui crime

50. Pedro, policial civil, atuando à paisana, investigava a conduta de José, um suspeito da prática de crimes de receptação. Com vistas à prisão em flagrante de José, Pedro se dirige ao box que José possui na Rua Uruguaiana e diz possuir um celular da marca “iCEMEQUEBRA”, avaliado em R\$ 6.000,00, que teria sido objeto de furto, e o oferece a José, em troca de R\$ 600,00. José aceita adquirir o celular e, nesse momento, o policial Pedro dá voz de prisão a José, pela prática do crime de receptação, conduzindo-o à presença da autoridade policial, que lavra o auto de prisão em flagrante delito.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) flagrante esperado
- b) flagrante impróprio
- c) flagrante provocado, configurando crime impossível, motivo pelo qual a prisão deve ser relaxada
- d) flagrante provocado, modalidade válida de flagrante
- e) flagrante presumido

**51.** José foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de estelionato (reclusão, de um a cinco anos, e multa), em tese praticado contra Maria, nos arredores da Rua da Alfândega, centro do Rio de Janeiro. Conduzido à delegacia de polícia, foi lavrado auto de prisão em flagrante.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) somente a autoridade Judiciária poderá arbitrar fiança, que será cassada caso José venha a praticar nova infração penal dolosa.
- b) somente a autoridade Judiciária poderá arbitrar fiança, que será considerada quebrada caso José venha a praticar nova infração penal dolosa.
- c) a própria autoridade policial poderá arbitrar fiança, que será cassada caso José venha a praticar nova infração penal dolosa.
- d) a própria autoridade policial poderá arbitrar fiança, que será considerada quebrada caso José venha a praticar nova infração penal dolosa.
- e) não será cabível o arbitramento de fiança, embora seja possível a concessão de liberdade provisória sem fiança

**52.** Maria, 20 anos, foi indiciada em inquérito policial pela suposta prática do crime de autoaborto (pena: detenção, de um a três anos), por supostamente ter dado causa, dolosamente, à interrupção da gravidez quando se encontrava na 26ª semana de gestação.

Nesse caso, deverá ser adotado o:

- a) rito sumário, por se tratar de pena máxima inferior a 04 anos de privação da liberdade, mas não será cabível o benefício da suspensão condicional do processo
- b) rito sumário, por se tratar de pena máxima inferior a 04 anos de privação da liberdade, mas será cabível o benefício da suspensão condicional do processo
- c) rito ordinário, por se tratar de pena máxima igual a 03 anos de privação da liberdade, sendo cabível o benefício da suspensão condicional do processo
- d) rito do júri, por se tratar de crime doloso contra a vida, mas não será cabível o benefício da suspensão condicional do processo

e) rito do júri, por se tratar de crime doloso contra a vida, sendo cabível o benefício da suspensão condicional do processo

## LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

**53.** Robson trabalha na Corregedoria-Geral de Justiça e precisa transmitir aos respectivos subordinados uma ordem visando organizar as atividades da estrutura interna. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, Robson expedirá

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Aviso
- d) Ordem de Serviço
- e) Ato Reservado

**54.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, quando for necessário que a Corregedoria-Geral de Justiça instaure procedimento disciplinar, expedirá

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Aviso
- d) Ordem de Serviço
- e) Ato Reservado

**55.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial os serviços judiciários, inclusive os administrativos, comunicar-se-ão entre si e com terceiros por de alguns instrumentos de comunicação. Tais instrumentos não contemplam

- a) Telefone
- b) Fax
- c) Correio eletrônico
- d) Via Postal
- e) Ofício

**56.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, quando um documento for transmitido por FAX, os originais dos documentos transmitidos serão entregues no PROGER, por petição protocolada, no prazo de

- a) 24 horas
- b) 48 horas
- c) 3 dias
- d) 5 dias
- e) 10 dias

**57.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, as procurações e os substabelecimentos, com ou sem reserva de poderes, deverão ser juntados através

- a) Petição
- b) Ofício
- c) Declaração
- d) Ordem de Serviço
- e) Pedido verbal

**58.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, as folhas serão reunidas por meio de grampo-encadernador metálico (grampo-trilho ou colchete) ou plástico. Não ultrapassando o número de \_\_\_\_\_, sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns.

Preenche corretamente a lacuna acima

- a) 10 (dez) folhas
- b) 20 (vinte) folhas
- c) 30 (trinta) folhas
- d) 40 (quarenta) folhas
- e) 50 (cinquenta) folhas

**59.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, os Juizados Especiais e Adjuntos funcionarão, para atendimento ao público,

- a) no horário das 08h às 18h.
- b) no horário das 09h às 18h.
- c) no horário das 10h às 18h.
- d) no horário das 11h às 19h.

e) no horário das 12h às 18h.

**60.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, a folha de dimensão reduzida será

- a) não será aceita
- b) será feito fotocópia ampliada
- c) colada sobre outra que seja alcançada pelo grampo
- d) colocada no grampo caso seja maior que a folha A1
- e) N.D.A.



## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-13-06-20>

## Conheça nosso sistema de questões!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!*



### **Não é assinante?**

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*

A banner with a dark background. On the left is a close-up of an owl's face with yellow eyes. In the center, the text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in large, bold, white and blue letters. Below this, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\* SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, there are two yellow price tags: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text '\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.